

Denúncias de desigualdades na educação em Brasília: *as colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1968)*

Reports of inequalities in education in Brasilia:

Yvonne Jean's newspaper columns (1962-1968)

Informes sobre desigualdades en la educación en Brasilia:

las columnas de la periodista Yvonne Jean (1962-1968)

✉ JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS*

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil

RESUMO: A partir das colunas assinadas pela jornalista Yvonne Jean e publicadas no jornal *Correio Braziliense* entre 1962 e 1968, este artigo analisa denúncias das desigualdades na educação da infância em Brasília. Foram analisadas três situações: uma estudante desmaiando em sala de aula por causa da fome, desvelando a problemática da educação das procedências; crianças excluídas da escola em função de sua condição de pobreza, fazendo-as trocar a instituição escolar pelo mundo do trabalho; a precariedade da escolarização dos/das primeiros/as moradores/as da Asa Norte e, sobretudo, filhos/as de candangos/as que construíam aquele bairro. Nada autoriza a generalizar essas situações, por outro lado, alertam para o fato de que a desigualdade existiu e foi, para crianças de determinadas classes sociais, uma realidade concreta nos primeiros anos da história da educação em Brasília. É, portanto, um ingrediente dessa história que precisa ser levado em conta pela historiografia.

Palavras-chave: História da Educação. Brasília. Desigualdades escolares. Século XX.

ABSTRACT: Based on columns written by the journalist Yvonne Jean published in the newspaper *Correio Braziliense* from 1962 to 1968, this

* Doutor em Educação. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional e na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade de Brasília – GRUPHE/UnB/CNPq. E-mail: <juarezdosanjose@yahoo.com.br>.

article analyzes reports of inequalities in early childhood education in Brasilia. Three situations were analyzed: a student fainting in class because of hunger, highlighting the problems of education in different backgrounds; children excluded from school due to poverty, making them leave school to work; the precariousness of the schooling of the first residents of Asa Norte and, above all, the children of the *candangos*, the people who built this neighborhood. Even though it is not possible to generalize these situations, they draw attention to the fact that inequality existed and was, for children from certain social classes, a concrete reality in the early years of the history of education in Brasilia. Therefore, this is a part of history that needs to be taken into account by historiography.

Keywords: History of Education. Brasilia. Education inequalities. 20th century.

RESUMEN: Con base en las columnas escritas por la periodista Yvonne Jean y publicadas en el periódico *Correio Braziliense* entre 1962 y 1968, este artículo analiza las denuncias sobre desigualdades en la educación infantil en Brasilia. Se analizaron tres situaciones: un estudiante que se desmaya en clase por hambre, revelando los problemas de la educación en diferentes ámbitos; niños y niñas excluidos/as de la escuela debido a su condición de pobreza, lo que les lleva a cambiar la institución escolar por el mundo del trabajo; la precariedad de la escolarización de los/as primeros/as habitantes de Asa Norte y, sobre todo, de hijos/as de los/as *candangos/as* que construyeron ese barrio. Nada autoriza a generalizar estas situaciones, por otro lado, alertan para el hecho de que la desigualdad existía y era, para los/as niños/as de ciertas clases sociales, una realidad concreta en los primeros años de la historia de la educación en Brasilia. Se trata, pues, de un ingrediente de esta historia que la historiografía debe tener en cuenta.

Palabras clave: Historia de la educación. Brasília. Desigualdades escolares. Siglo veinte.

Introdução¹

Em 21 de abril de 1960, Brasília foi inaugurada como a terceira capital da história do Brasil. A invenção de uma cidade, planejada pelo urbanista Lúcio Costa, deu ensejo a muitos planos feitos para a vida dos/das que habitariam aquele lugar. Destaco o plano educacional público, pensado por Anísio Teixeira, à época diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, órgão responsável por organizar o sistema de ensino brasileiro. O educador, famoso por sua luta em prol de uma escola pública laica, gratuita e de qualidade, viu ali a oportunidade de materializar um modelo educacional que alimentava desde sua primeira visita aos Estados Unidos da América em 1927, parcialmente introduzido durante sua gestão na Diretoria de Instrução do Distrito Federal, entre 1931 e 1935, e na Secretaria de Educação da Bahia, em fins dos anos 1940 e princípios dos anos 1950².

Anísio Teixeira propôs para Brasília um sistema público de ensino gratuito, do jardim de infância à Universidade, tendo como ponto de destaque, no ensino primário, a educação integral partilhada entre escolas-classe (instituições de ensino primário) e a Escola Parque (instituição de educação artística, física e manual a ser frequentada em contraturno)³. Esperava-se que nessas escolas fossem matriculadas crianças de todas as condições sociais, realizando assim um ideal de educação democrática, acessível a todos/as, sem distinção de classe, como propugnava John Dewey, interlocutor privilegiado do caldo pedagógico da proposta plasmada por Anísio Teixeira. Na prática, porém, Anísio não teve poderes para gerir o que projetara, cabendo tal implementação ao governo do Distrito Federal.

Esse modelo de educação foi implantado na capital de um país cuja história educacional, como lembra Cynthia Greive Veiga, era marcada sobretudo por exclusões e desigualdades, em que

Um conjunto de fatores articulados se apresenta para discussão. Uma questão refere-se às representações de população presentes no processo de formação do Estado-nação brasileiro no século XIX. Outra refere-se à extensa duração das relações escravistas combinada ao legado do preconceito étnico racial no decorrer da República; destaco, também a longa permanência de desigualdades sociais e escolares e, portanto, a recorrente dificuldade histórica de estabelecer uma escola pública de qualidade para todos; por fim, a instabilidade política brasileira na defesa da democracia e dos direitos humanos (VEIGA, 2017, p. 160).

Sem problematizar o quanto desse cenário nacional pode ter comprometido a proposta anisiana para Brasília, parte da historiografia brasileira exalta – quando não superestima – as realizações dos primeiros anos do sistema educacional local, como se observa na maior parte dos estudos reunidos por Eva Waisros Pereira *et al.* (2011; 2018), produzidos em torno dos projetos abarcados pelo futuro Museu da Educação do Distrito

Federal. Trabalhos mais recentes começam a demarcar algumas limitações, tanto no chamado Plano Piloto – Brasília propriamente dita (PINTO, MÜLLER & ANJOS, 2018; PINTO, MÜLLER & ANJOS, 2020; ANJOS, 2022b) – quanto nas chamadas cidades-satélites (FRANÇA, 2020; ANJOS & VENTURELLI, 2023).

O que este debate historiográfico sugere é que se evitem generalizações sobre o passado educacional de Brasília e que se adicionem novos ingredientes às interpretações históricas, a fim de que se apreenda em sua complexidade o processo de implantação e realização dos primórdios da educação na capital federal. Um elemento a ser adicionado, a meu ver, é o das desigualdades escolares que marcaram essa história e que permitem entrever algumas das contradições enfrentadas nos primeiros anos da história da educação brasiliense.

Diante desse quadro, o objetivo deste artigo, de cunho historiográfico, é analisar as denúncias das desigualdades na educação da infância em Brasília. Tomam-se como fontes privilegiadas as colunas da jornalista Yvonne Jean, entre os anos de 1962 e 1968, balizas para informações sobre esse fenômeno naquela localidade.

Yvonne Jean da Fonseca (1911-1981), belga de nascimento, naturalizada brasileira, chegou a Brasília em 1962, após uma carreira jornalística dedicada a arte e cultura em periódicos do Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2018) e São Paulo (MINEIRINI NETO, 2019) desenvolvida desde sua vinda ao Brasil em 1940, fugindo da invasão nazista em seu país (ARPDF, 2019). Veio para trabalhar no setor de extensão cultural da recém-criada Universidade de Brasília e, concomitantemente, manteve sua dedicação ao jornalismo, atuando no *Correio Braziliense*, órgão dos Diários Associados na capital federal. Nesse jornal manteve ao menos três colunas, ao longo dos anos 1960 – *Correio Estudantil*, *Ensino Dia a Dia* e *Esquina de Brasília* –, nas quais abordou a educação na capital e a atividade cultural da cidade.

A linha editorial do *Correio Braziliense* visava a consolidação de Brasília e intentava produzir um jornalismo de serviço em defesa dos interesses da nova capital (MORELLI, 2002). Nas colunas que assinou, Yvonne Jean manifestou-se favoravelmente ao sistema de ensino local, destacando suas qualidades, mas apontou também seus problemas. Não se limitando a narrar a educação, fez de seus textos, de acordo com Robert Darnton (1996), ingrediente dos acontecimentos, visando intervir na realidade e modificá-la. Produzidas longe do ambiente escolar, nem por isso suas colunas deixam de remeter-nos à realidade das escolas e aos contextos educacionais de Brasília nos anos 1960, razão pela qual seu testemunho aqui é importante. Entre a gama de assuntos que abordou está a questão das desigualdades experimentadas pelas crianças no acesso à educação na capital.

Em termos metodológicos, perseguindo o “fio do nome” (GINZBURG, 1991), consultaram-se edições do *Correio Braziliense* da década de 1960 disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com a as palavras-chave *Yvonne Jean*. A partir desse descritor foram localizadas mais de seis centenas de colunas assinadas pela jornalista. Após

a leitura integral desse material on-line, realizou-se o fichamento das informações sobre as desigualdades escolares, recortando as colunas em que o tema foi mais amplamente abordado pela jornalista.

Este artigo conta com três partes, cada uma delas dedicada a um aspecto das desigualdades escolares em Brasília, conforme flagradas e problematizadas por Yvonne Jean. Ao final, como conclusão, encerro a narrativa histórica com algumas considerações.

A fome: uma personagem indesejada em sala de aula

Na coluna de 30 de maio de 1962, Yvonne Jean dedicou espaço para relatar um fato ocorrido na Escola-Classe 106 Sul de Brasília:

Anteontem uma criança desmaiou na Escola Classe 106. Estava, aparentemente, muito doente. Diretora, professoras, secretária, naturalmente, muito aflitas. Os telefones não atendiam ou estavam ocupados. O próprio telefone de auxílio não funcionou. A menina foi muito bem atendida ao chegar no Hospital. A diretora até pede que se agradeça a dra. Maria Aída. Porém, não era possível deixar de chamar atenção sobre o longo período de tempo decorrido entre o momento do incidente e a chegada da ambulância. Poderia ter sido fatal. Urge tomar providências, aumentando o número de linhas. O Pronto Socorro deve atender na hora (JEAN, 1962a, p. 5).

O que poderia ser um mero incidente escolar – no qual ficaram evidentes o cuidado da diretora, da secretária e das professoras em relação a saúde e bem-estar de uma estudante e algumas limitações do sistema médico-hospitalar da capital – tinha causas mais profundas e sérias, como Yvonne Jean fez questão de explicar a seus/suas leitores/as⁴:

O incidente ainda dá lugar a outros reparos, muito mais graves. Sabem qual foi a doença de L. A. D.? Fome. Só!

A menina vive num barraco do IAPM, nas piores condições. O pai sofreu um acidente há tempos e não pode trabalhar. A mãe sustenta a família, fornecendo marmitta aos candangos. L. tem dois irmãos. As crianças vivem na maior pobreza, num barraco anti-higiênico e são subalimentadas. O tratamento no hospital distrital consistiu simplesmente em ministrar glicose e vitaminas e receber alimentação! A menina estava em jejum. Suas condições de vida também criaram, evidentemente, problemas psicológicos e mentais. É um caso entre mil. Chamamos atenção sobre ele como um símbolo do que acontece, diariamente, em nossa moderna e bela cidade de Brasília. Esperemos que se planeje uma ação que dê, pelo menos às crianças, o mínimo necessário para viver e estudar (JEAN, 1962a, p. 5).

A estudante L. A. D. desmaiou porque passava fome. Ao que parece, na cidade cuja educação fora planejada para ser democrática e igualitária, não se previu aquele grande desafio que a escola brasileira vinha enfrentando desde os tempos do Império: a educação das procedências (VEIGA, 2008), ou seja, a necessidade de se levar em conta os contextos

sociais das crianças a serem escolarizadas, que deveriam ser modificados para que o processo de escolarização obtivesse sucesso. Esse era o caso da L. A. D.: que proveito ela poderia tirar da educação moderna e modelar da Escola-Classe 106 se vivia em condições desfavoráveis, não tendo acesso ao mínimo, isto é, alimentação adequada? Essa foi a questão crucial sobre a qual quis se debruçar Yvonne Jean.

Segundo a jornalista, a menina vivia num barraco nos arredores da cidade, em um dos acampamentos onde moravam os/as chamados/as candangos/as, operários/as construtores/as de Brasília. Seu pai, inclusive, “sofreu um acidente há tempos e não pode trabalhar”, de modo que a tarefa de prover a subsistência acabou sobrando para a mãe, “que sustenta a família fornecendo marmitas aos candangos” (JEAN, 1962a, p. 5). O paradoxo é que, provavelmente, a mãe cozinheira precisava escolher entre dar todas as refeições diárias a seus filhos e sua filha ou vender parte dos alimentos para o sustento da família, tornando ainda mais cruel e desconcertante o episódio vivido por L. A. D. O resultado era que “as crianças vivem na maior pobreza, num barraco anti-higiênico e são subalimentadas” (JEAN, 1962a, p. 5). Essa família era o oposto de tudo que se esperava da vida na “capital da esperança”, título do hino de Brasília. Nada de fartura ou bonança, somente privação e miséria. Ainda assim a menina ia para a escola, mesmo sem tirar todo o proveito que a educação poderia lhe dar.

Após desmaiar e ser socorrida pelas professoras, L. A. D. foi levada ao hospital, onde se constatou que estava em jejum, tendo percorrido considerável distância de sua casa até a escola sem nada no estômago; “o tratamento do hospital distrital consistiu simplesmente em administrar glicose e vitaminas e *receitar alimentação*” ((JEAN, 1962a, p. 5; grifos meus). De novo, a escola se via incapaz de escolarizar as procedências, pois o remédio consistia em garantir à criança aquilo que sua família não tinha como lhe dar de forma adequada. Daí o apelo com o qual Yvonne Jean encerrou sua exposição sobre os acontecimentos na Escola-Classe 106: “Esperemos que se planeje uma ação que dê, pelo menos às crianças, o mínimo necessário para viver e estudar” (JEAN, 1962a, p. 5).

Com base em um estudo sobre denúncias de Ari Cunha, colega jornalista de Yvonne Jean, acerca dos problemas enfrentados pelo sistema de ensino de Brasília, sabemos que o serviço de merenda escolar ainda não estava organizado em todas as escolas da capital (ANJOS, 2022b), de modo que a alimentação suplementar talvez não estivesse disponível na escola de L. A. D. Era o tipo de providência que Yvonne Jean reclamava das autoridades: que garantissem o mínimo de condições para que a educação daquela menina se desse em pé de igualdade com a das crianças em melhores condições econômicas que acabavam tendo mais chances de êxito na escolarização.

Crianças à margem da escola e da cidade planejada

Nos encontramos, agora, em 1968. Se o contexto político mudou – estamos no início dos anos de chumbo da ditadura civil-militar –, a pobreza continua a ser um elemento de desigualdade na vida de algumas crianças em idade escolar na cidade planejada. E também um elemento de exclusão. Yvonne Jean escreveu sobre essas questões em coluna de 18 de junho:

Não!... Não!... Não queremos admitir o fato que, entretanto, ficou comprovado, registrado, fotografado como para se tornar o símbolo do lado de Brasília que gostaríamos de negar!

A foto mostra um menino instalado dentro de uma lixeira, onde cata comida. A lixeira pertence a um dos mais belos blocos de uma das nossas melhores superquadras – a 208 – com imensos apartamentos. O menino pertence à multidão de crianças que moram em infames barracos de invasão ou favela, em que a exiguidade do espaço disponível gera a pior das promiscuidades. E este menino está com fome, nessa bela cidade cujos prédios parecem prestes a levantar voo, como pássaros esperançosos e que foi planejada para ser uma cidade de seres felizes! (JEAN, 1968, p. 14).

Não foi possível localizar a fotografia mencionada por Yvonne Jean. Mas, ao que parece, foi uma imagem bastante difundida e que perturbou a “representação coletiva” (CHARTIER, 2002) da capital do país como um paraíso na terra, lugar de oportunidades e igualdade. A fratura social era evidente: um menino, pertencente “à multidão de crianças que moram em infames barracos de invasão ou favela”, foi flagrado numa quadra residencial planejada, “com imensos apartamentos”, dentro de uma lata de lixo, procurando restos de comida para saciar sua fome. Logo em Brasília, cidade que foi pensada para ser um lugar de “seres felizes” (JEAN, 1968, p. 14).

O problema da desigualdade social em Brasília, testemunhado pela existência das chamadas “invasões” (ANDRADE, 2021, p. 18), desvela faces da subversão da cidade planejada e dos usos impensados do espaço urbano, dos quais os mais pobres – excluídos da cidade idealizada – tiveram que lançar mão para existir, ainda que precariamente, no entorno da capital. Sobre isso elucidada Beatriz Andrade:

As “invasões” figuram como problema, pois significam a transgressão ao plano urbanístico racional que visa atender plenamente à função de sede do governo. É a transgressão da métrica populacional de burocratas por pessoas comuns, aqueles aos quais só foi reservado o lugar de passagem na história e no território da nova capital e que desdizendo caminhos ficaram. Mais ainda, significa o fim da utopia de um novo Brasil, atropelado pela expressão de uma das maiores características do passado com o qual pretendida romper: a desigualdade social (ANDRADE, 2021, p. 18).

O menino imortalizado no registro fotográfico, filho de quem estava à margem do planejamento urbanístico, não se encontrava só. Fazia parte de um grupo de crianças muito conhecido na capital, como destaca Yvonne Jean:

O menino fotografado dentro de uma lixeira é um dentre milhares de meninos que estão com fome, que saem das cidades satélites de madrugada, descalços, de camiseta e sem casaco, para vender jornais, ou amendoim, ou outra coisa, e fogem à lei que decreta a escola-classe obrigatória para todos que estão em idade escolar, porque devem trabalhar, ou porque não têm sapatos, ou porque pertencem a um meio tão ignorante que nem sabe como procurar a possível vaga em escola próxima.

Temos que nos convencer que esta bela Brasília possui inúmeras crianças que não estudam e que estão com fome, e que ficam doentes porque a fome as enfraquece e o frio é demasiado para seus pobres corpinhos maltratados, e que levam uma vida miserável e subumana [...] (JEAN, 1968, p. 14).

Se o lugar por excelência da infância na Modernidade é a escola (ARIEË, 1981), na cidade moderna, onde essa ideia também reverberou por meio do plano educacional de Anísio Teixeira, nem todas as infâncias encontravam-se abarcadas por aquela instituição. As crianças pobres, moradoras das “invasões”, companheiras de infortúnio do menino fotografado, também estavam à margem dela. Nas palavras de Yvonne Jean, elas “fogem à lei que decreta a escola-classe obrigatória para todos que estão em idade escolar” (JEAN, 1968, p. 14) – numa possível alusão à Constituição de 1967, artigo 167, parágrafo 3º, sobre a obrigatoriedade do ensino a crianças de sete a catorze anos (BRASIL, 1967) – trocando a escola pelo mundo do trabalho infantil, vendendo amendoins e jornais. Outras, ainda poupadas da exploração de sua pequena mais-valia, deixavam de frequentar os bancos escolares por não terem sapatos ou, pelo fato de suas famílias não saberem, supostamente, sequer como matriculá-las nas escolas – afirmação não despida de certo preconceito por parte da jornalista, pertencente à classe mais favorecida.

Segundo a colunista, leitores e leitoras precisavam se convencer de “que esta bela Brasília possui inúmeras crianças que não estudam e que estão com fome”. Diante dessa situação, Yvonne Jean passou a conclamá-los/las e a diversos setores da sociedade para que agissem visando modificar o cenário descrito em sua coluna:

Casos como o que a foto simboliza não se resolvem assim, sem mais nem menos. De nada adianta a caridade, o atendimento a uns poucos por uns minutos ou dias. Adianta repensar em toda uma situação de fato e, enquanto não vier a solução que depende de toda uma reestruturação social, que, pelo menos, esta cidade tente organizar uma ajuda maciça e planificada às suas crianças.

A aproximação da Feira dos Estados é um bom momento para lembrar a necessidade de uma atividade conjunta do Serviço Social, LBA, Casa do Candango e outros organismos. Para melhorar a situação daqueles que são um remorso vivo e constante para quem sabe olhar, ver e ouvir: a situação das crianças de Brasília que estão com fome e com frio. Então nós, que soubemos construir no deserto uma cidade de grande beleza, não teremos capacidade de dar às crianças desta cidade o mínimo ao qual toda criança tem direito? Ou não queremos enxergar nada além dos palácios

imóveis que o sol doura à tarde e dos quais nos ufanamos, esquecendo que não foram pensados para que alguns deles morressem e outros catassem comida nas suas lixeiras (JEAN, 1968, p. 14).

Na concepção da jornalista, a simples caridade, provisória e temporária, não era suficiente para resolver o problema das crianças que viviam na pobreza. Era preciso um plano articulado e de longo prazo para que a situação se resolvesse. Até que isso ocorresse, ela lembrava a alguns órgãos assistenciais existentes na capital – Serviço Social, Legião Brasileira de Assistência, Casa do Candango e outros organismos não nominados – que aproveitassem a ocasião de uma feira anual da cidade, a Festa dos Estados, para tomar algumas medidas emergenciais. Ela anunciava, assim, a necessidade de formas de assistência à criança pobre, que fossem postas em movimento com vistas a melhorar sua condição social, mas também tornassem possível sua inclusão no sistema educacional da nova capital. Só assim a cidade seria mais justa, evitando que algumas crianças morressem e outras catassem comida nas lixeiras, quando deveriam estar alimentadas e saudáveis, frequentando as escolas-classe da cidade planejada.

Escolas desiguais no coração de Brasília

Voltando a 1962, ano em que começou a publicar suas colunas no *Correio Braziliense*, encontramos Yvonne Jean atenta a outra situação de desigualdade na educação em Brasília: a precariedade na qual funcionavam as escolas da Asa Norte. Sobre isso, escreveu em 7 de junho:

Os problemas da Escola Classe Provisória n. 2 da Asa Norte são muito mais graves e prementes. Pedimos, antes de mais nada, que a Fundação Educacional consiga mandar leite em pó e farinhas a esta escola quanto antes. (Já recebeu açúcar). Todas as escolas precisam de leite. Porém esta é paupérrima e suas crianças precisam de alimentação suplementar. Muitas fazem uma caminhada de 5 ou 6 horas diárias, de ida e volta, para os seus barracões a beira do lago e só almoçam – quando almoçam – às 3 horas da tarde. Devem receber lanche na escola. É um pedido urgente. Voltaremos aos problemas desta escola, cujas professoras fazem tudo que é humanamente possível fazer, mas não recebem incentivo e ajuda suficiente (JEAN, 1962b, p. 9).

Cumpramos esclarecer que, segundo o plano urbanístico de Lúcio Costa, Brasília é dividida em dois bairros principais: a Asa Sul e a Asa Norte. A Asa Sul teve sua construção iniciada antes, de modo que a Asa Norte passou por um processo de urbanização e edificação mais lento e precário, ocorrido depois da inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960.

Embora tenha sido pensada para moradia de funcionários/as públicos/as e pessoas de classes médias e altas, nos primeiros anos, a Asa Norte também foi habitada por trabalhadores/as – candangos/as – que, vivendo em acampamentos armados ao longo do que

seria o futuro bairro, erguiam os prédios em que não teriam a chance de morar. Afinal, como notou Paulo Bicca, “o candango foi sempre o miserável, a quem outra alternativa não era dada que não fosse a de ser candango, instrumento de desígnios e projetos que o submetem a um trabalho forçado” (BICCA, 2010, p. 194). Já que vinham acompanhados por suas famílias, era preciso providenciar a escolarização das crianças, razão pela qual foram criadas escolas provisórias, que a princípio atendiam os/as primeiros/as moradores/as da Asa Norte, mas sobretudo filhos e filhas de trabalhadores/as. E a escola pensada para eles/elas era desigual e precária (se comparada às escolas definitivas da Asa Sul) e, por isso, objeto de crítica de Yvonne Jean.

Segundo a jornalista recém-chegada ao Planalto Central, a Escola-Classe Provisória n. 2 carecia de alimentos para poder oferecer merenda a estudantes – havia, até ali, recebido somente açúcar! Alunos e alunas, muitas crianças que “fazem uma caminhada de 5 ou 6 horas diárias, de ida e volta, para os seus barracões à beira do lago e só almoçam – quando almoçam – às 3 horas da tarde”, precisavam da merenda, a “alimentação suplementar” que tornaria possível sua presença em sala de aula (JEAN, 1962b, p. 9). Mas os problemas iam além, razão pela qual Yvonne Jean prometeu retornar ao assunto. Cumprindo a promessa, na coluna de 9 de junho de 1962, voltou a abordar os problemas da Escola-Classe Provisória n. 2 da Asa Norte:

Os problemas são múltiplos numa escola mais que provisória, de tábuas tipo barracão de favelas, sem luz, sem merenda, sem material, em plena mata. As professoras são abnegadas, mas de mãos atadas. As crianças precisam de muita ajuda não somente educacional, mas também material. Pedimos como primeira visita que uma inspetora visite a escola, converse com as professoras e tome nota de tudo que é preciso mandar-lhes desde já. O próprio papel para provas é comprado pelas professoras! Anunciaram que iam “melhorar” a escola durante as férias de julho. É a pior notícia possível. A escola não deve ser melhorada e sim posta à baixo para dar lugar à nova construção. No momento não é uma escola provisória e sim uma espécie de estábulo gigante, de tábuas grosseiras, que não pode continuar a existir em pleno Plano Piloto [...].

A Escola n. 2 só consegue sobreviver graças à teimosia das professoras abnegadas que fizeram, elas mesmas, móveis com caixotes, que passam o dia todo na escola e não têm condução à noite (JEAN, 1962c, p. 9).

Quando se compara a Escola-Classe Provisória n. 2 da Asa Norte às estudadas por Samira Bueno Chain (2018), construídas na Asa Sul, como a Escola Parque e a Escola 114 Sul (assinadas por importantes arquitetos e para uso das primeiras famílias definitivamente instaladas no Plano Piloto de Brasília), o que emerge é a precariedade e a desigualdade dos espaços físicos destinados aos/às primeiros/as moradores/as da Asa Norte e, particularmente, os/as filhos/as de candangos/as oriundos/as dos acampamentos.

A escola, construída em tábuas “tipo barracão de favelas” não contava com luz, merenda nem material escolar. Para as provas, as professoras chegavam ao ponto de

comprar elas mesmas o papel a ser utilizado por alunos e alunas. Na falta de mobília, as mesmas docentes tiveram de confeccionar móveis com caixotes, para que o processo de ensino pudesse acontecer. Trata-se, sem sombra de dúvida, da absoluta negação de uma educação de qualidade às crianças que ali estavam sendo atendidas, contradizendo radicalmente o plano de ensino pensado para a capital da República. A precariedade, por certo, não era ignorada pelas autoridades, mas tolerada, tanto que planejavam implementar “melhorias” numa escola que, segundo Yvonne Jean, “não deve ser melhorada e sim posta à baixo para dar lugar à nova construção” (JEAN, 1962c, p. 9). Tolerada e aceita como a educação possível para o público ao qual era destinada.

Após expor a situação material da escola provisória, Yvonne Jean passou a descrever as vivências concretas de algumas crianças atendidas pela precária instituição:

Muitas das crianças vivem em Bananal, à beira do lago. Seis irmãos vêm de Bananal a pé. Mais de duas horas de caminhada na ida e outras tantas na volta. Uma delas tem defeito físico, arrasta a perna e leva três horas no penoso passeio. Só almoçam às três horas da tarde sem terem recebido merenda. Assim mesmo, fazem questão de não faltar, pois são todos esforçados.

F. B., J. B., L.M., M.S e S.B.N. merecem apoio e ajuda. Exige-se demais dessas crianças subnutridas.

M. N. S., do 4º ano, e seus irmãos vivem nas mesmas condições. Agora terão de deixar o barraco pois o trabalho do pai acabou e o futuro é um grande ponto de interrogação. “Já perdi quatro anos por ter vivido num lugar sem escola. Não é possível! Quero estudar!” grita a moça esforçada que ficará, novamente, sem escola por estes dias como se vivesse em pleno Saara (JEAN, 1962c, p. 9).

Muitas das crianças matriculadas na Escola-Classe Provisória n. 2 da Asa Norte moravam longe do improvisado estabelecimento de ensino, enfrentando a distância e a fome para chegar e permanecer na escola (incluída aí uma criança com deficiência física, para quem o trajeto escolar era ainda mais penoso). M. N. S., em particular, é a imagem do que a vida dos/das filhos/as dos/das trabalhadores/as lhes reservava em termos de experiência escolar: ora falta de escolas, ora escola precária e inadequada às mais básicas necessidades escolares. Essas vivências dizem respeito a uma experiência de classe das crianças atendidas pela Escola-Classe Provisória n. 2 da Asa Norte: eram filhas de construtores/as da cidade modernista. Por isso, viviam a instabilidade da classe trabalhadora que, embora levantasse Brasília, não encontrava nela seu lugar de morada. Segundo se depreende da coluna de Yvonne Jean, isso marcava inclusive a própria cultura escolar daquele barracão de madeira, que

[com 400 vagas, atende às necessidades do setor comercial, recebendo, além do mais, crianças dos acampamentos, invasões e outros núcleos provisórios, às vezes afastados. Sua população escolar é flutuante pois os pais desmatam uma zona ou trabalham numa construção e quando acabam a tarefa, máquinas destroem seus barracões e são tocados para frente, como gado, tendo que invadir outra zona. Parece uma história tirada de “Vidas Secas” ou de nômades do deserto (JEAN, 1962c, p. 9).

Conforme emerge do relato, a instabilidade da vida da criança candanga se refletia na flutuação das próprias matrículas na escola, já que, a depender das mudanças a que suas famílias eram obrigadas – como “nômades do deserto” –, os/as estudantes da Escola-Classe Provisória n. 2 eram forçados/as a abandoná-la, juntando-se aos/as que eram dela excluídos/as por motivos de pobreza e necessidades sociais. Se já era um problema frequentarem uma escola com tantas limitações de ordem material, ficar sem nenhuma escola – que é o que aconteceria, se tivessem que ir para as regiões ainda desabitadas na Asa Norte, onde seus pais e mães trabalhavam – era ainda mais grave.

Diante desse quadro é que Yvonne Jean instava das autoridades uma solução:

O caso da Escola n. 2 tem que ser discutido numa reunião da sua diretora – professora Neysa Athayde de Oliveira – e das professoras com a Fundação Educacional, quanto antes, para que se faça um plano racional de ação. “Melhorar” a escola de nada adiantará. Quanto à merenda, deve ser equiparada às escolas das cidades satélites e ser atendida antes que qualquer outra escola do Plano Piloto (JEAN, 1962c, p. 9).

Adotando aquela que seria uma postura frequente em suas colunas – cobrar das autoridades soluções para os problemas educacionais da capital –, a jornalista propunha que se fizesse uma reunião entre a diretora e as professoras da escola com a Fundação Educacional do Distrito Federal, a quem competia a gestão do sistema de ensino. O objetivo: que se fizesse um “plano racional de ação”, já que uma simples melhoria em uma escola que, como ela mesmo defendeu, deveria ser demolida para dar lugar a outra, “de nada adiantará”. Ainda, considerando o perfil das crianças atendidas pelo estabelecimento, lembrou que a merenda escolar era questão urgente e que deveria ser contemplada com prioridade, “antes de qualquer outra escola do Plano Piloto” (JEAN, 1962c, p. 9).

Se seus pedidos foram atendidos, não é possível saber somente com base nas colunas aqui examinadas. Mas sem dúvida, Yvonne Jean registrou e denunciou com veemência mais essa desigualdade na educação da infância em Brasília, chamando a atenção de leitores/as para os problemas que o ensino enfrentava na jovem cidade planejada.

Considerações finais

Tomando como fontes privilegiadas as colunas assinadas pela jornalista Yvonne Jean, publicadas no jornal *Correio Braziliense* entre os anos de 1962 e 1968, este artigo teve por objetivo analisar as denúncias das desigualdades na educação da infância em Brasília.

Até onde a historiografia já produzida permite afirmar, Anísio Teixeira não teve ingerência sobre o processo de implantação do sistema de ensino por ele planejado⁵. Tal tarefa, dentro da burocracia estatal em funcionamento, foi delegada à Fundação Educacional do Distrito Federal, a quem coube, de fato, tirar as ideias do educador do papel e transformá-las

em prática. A realidade com a qual gestores/as se depararam, porém, foi mais rebelde e desafiadora do que se pretendia no nível do planejamento educacional da nova capital. É sobre essa realidade que nos falou Yvonne Jean nas colunas aqui examinadas.

Pudemos analisar três situações singulares. Na primeira, uma estudante desmaiando em sala de aula por causa da fome, desvelando a problemática da educação das procedências; na segunda, crianças excluídas da escola em função de sua condição de pobreza, que as fazia trocar a instituição escolar pelo mundo do trabalho, tornando impossível a escolaridade em suas vidas; e, na terceira, a precariedade da escolarização oferecida aos/às primeiros/as moradores/as da Asa Norte, sobretudo, filhos e filhas de candangos/as que estavam construindo aquele bairro. Se, por um lado, nada nos autoriza a generalizar essas situações, por outro, elas nos alertam sobre a desigualdade que existiu e foi, na vida das crianças de determinadas classes sociais, uma realidade concreta nos primeiros anos da história da educação em Brasília. É, portanto, um ingrediente dessa história, que precisa ser levado em conta pela historiografia.

A constatação do fenômeno da desigualdade escolar, mesmo em um sistema de ensino planejado e pensado para ser inclusivo e democrático, parece pedir que, em estudos futuros, se empreendam maiores aprofundamentos sobre a questão: Que outras desigualdades podem ter marcado a história da educação em Brasília nos seus primórdios? Que medidas chegaram a ser tomadas para tentar minimizar essa desigualdade? Quando a merenda escolar – que apareceu nas colunas de Yvonne Jean como elemento essencial para a redução da desigualdade escolar – foi efetivamente implementada em Brasília? Quais os impactos da desigualdade escolar na experiência educacional da jovem capital?

São questões instigantes, para as quais nossas conclusões configuram-se em interessante ponto de partida, num esforço para compreender e fazer compreender (FEBVRE, 2009) o que é a pesquisa em história da educação.

Recebido em: 09/11/2023; Aprovado em: 05/02/2025.

Notas

- 1 Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de pós-doutoramento intitulada *Culturas escolares da escola primária nas colunas da jornalista Yvonne Jean (Brasília, década de 1960)*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob supervisão da professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.
- 2 Sobre a primeira viagem de Anísio Teixeira aos Estados Unidos, ver Silmara de Fátima Cardoso e Dislane Zerbinatti Moraes (2014). Acerca da Reforma Educacional no Distrito Federal por ele empreendida, continua sendo referência obrigatória a tese de Clarice Nunes (2000). No que diz respeito a sua atuação na educação baiana em fins de 1940 e princípios de 1950, o estudo de Terezinha Ebohá (2000) aborda alguns elementos essenciais.

- 3 Para maiores detalhes sobre o sistema de ensino de Brasília, ver Anísio Teixeira (1961) e Juarez dos Anjos (2022a).
- 4 Alguns nomes mencionados nessa e noutras colunas foram omitidos, com vistas a preservar a identidade de pessoas que, no passado, estiveram em situações de vulnerabilidade social.
- 5 No começo dos anos 1960, além da direção do INEP, o educador acumulava também o trabalho de pensar a estrutura didática da Universidade de Brasília, junto com Darcy Ribeiro. O sistema de ensino de Brasília foi, assim, só mais uma das frentes de trabalho de Anísio Teixeira no período em tela.

Referências

- ANDRADE, Beatriz de Oliveira. *Fragmentos de pertencimento e agência: narrativas periféricas do Distrito Federal, da Vila do IAPI à Ceilândia*. (Monografia de História) – Departamento de História da Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Ari Cunha e as críticas ao sistema de ensino de Brasília na coluna Visto, Lido e Ouvido (Correio Braziliense, 1960-1965). *História da Educação*. Porto Alegre, v.26, p. 1-25, 2022b.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 103, n. 263, jan.-abr. 2022a, p. 87-94.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos & VENTURELLI, Luís Gustavo Ferrarini. O cotidiano e as primeiras intervenções educativas na cidade do Guará (DF) pela ótica de duas professoras primárias (meados da década de 1960 e 1970). *Faces de Clío*. Juiz de Fora, v. 9, n. 17, 2023, p. 127-146.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- ARPDF. *Guia de Fundos do Arquivo Público do Distrito Federal*. Brasília: O Arquivo, 2019.
- BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade*. Brasília: Editora da UnB, 2010, p. 143-198.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1967*. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- CARDOSO, Silmara de Fátima & MORAES, Dislane Zerbinatti. *Viajar é inventar o futuro: narrativas de formação e o ideário educacional brasileiro nos Diários e Relatório de Anísio Teixeira em viagem à Europa e aos Estados Unidos (1925-1927)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- CHAIN, Samira Bueno. *Cidade nova, novas escolas? Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília* (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 111-154.
- EBOLI, Terezinha. *Uma experiência de educação integral*: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FRANÇA, Guilherme de Azevedo. *Levantamento de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião/ DF (1959-1996)* (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 169-178.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. O ensino dia a dia. *Correio Braziliense*. Brasília, 30 de maio de 1962a, p. 5.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. O ensino dia a dia. *Correio Braziliense*. Brasília, 7 de junho de 1962b, p. 9.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. O ensino dia a dia. *Correio Braziliense*. Brasília, 9 de junho de 1962c, p. 9.

JEAN, Yvonne. Esquina de Brasília. *Correio Braziliense*. Brasília, 18 junho de 1968, p. 9.

MINEIRINI NETO, José. Yvonne Jean: o jornalismo na defesa da mulher, da arte e da educação. in: BARBOSA, Ana Mae & AMARAL, Vitória (Orgs.). *Mulheres não devem ficar em silêncio*. Arte, Design, Educação. São Paulo: Cortez, 2019, p. 137-170.

MORELLI, Ana L. F. *Correio Braziliense: 40 anos – do pioneirismo à consolidação* (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: Edusf, 2000.

PEREIRA, Eva Waisros et al. (Orgs.) *Nas Asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros et al. (Orgs.) *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória*. Brasília: Editora da UnB, 2018.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda & ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 34, 2018.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda & ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o plano e o vivido: a inauguração de Brasília e dos Jardins de Infância (1960-1962). *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, 2020, p. 292-313.

TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *Uma cosmopolita nos trópicos: a trajetória de Yvonne Jean no jornalismo carioca (1940-1950)* (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, jan./mar. 1961, p. 195-199.

VEIGA, Cynthia Greive. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. *História da Educação*. Porto Alegre, v. 21, n. 53, set./dez 2017, p. 158-181.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v. 13, n. 39, set./dez. 2008, p. 502-516.